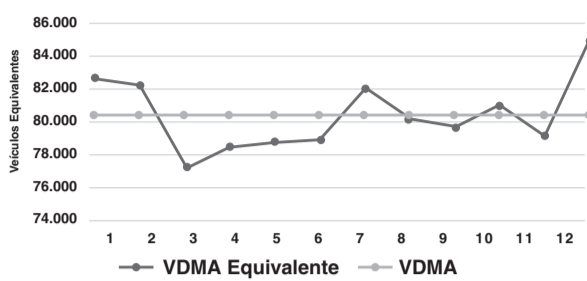


Relatório da Administração 2019

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2019	2018	Var.
Leves	25.129	25.239	-0,4%
Pesados	4.260	4.212	1,1%
Total	29.389	29.452	-0,2%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.
Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.

Variação mensal do volume no ano base



Tarifa e tarifa média	2019	2018	Var.
Tarifa Média (em R\$)	4,30	4,22	2,1%
Ecoponte	4,30	4,22	2,1%

A tarifa média por veículo equivalente pagante teve aumento de 2,1% em 2019. Em agosto de 2019, houve a revisão das tarifas de pedágio da Companhia, onde os valores foram mantidos até a próxima revisão tarifária em função da aplicação do Fator D. A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2019:

Valor da tarifa por praça de pedágio em Dezembro (em R\$ mil)													
Praça de Pedágio	Cobrança	Categoria de veículo											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial
1	R\$	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15	30,10	34,40	38,70

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2019	31/12/2018	Var.
Curto Prazo	9,7	2,6	n.m.
Empréstimos e financiamentos	8,5	2,5	n.m.
Arrendamento Mercantil	0,0	0,1	-72,6%
Debêntures	1,2	0,0	n.m.
Longo Prazo	405,1	77,4	n.m.
Empréstimos e financiamentos	188,0	77,4	143,0%
Arrendamento Mercantil	0,0	0,0	0,0%
Debêntures	217,1	0,0	n.m.
Dívida Bruta¹	414,8	80,0	n.m.
Obrigações com Poder Concedente	0,3	0,3	5,1%
Endividamento Bruto	415,1	80,2	n.m.
Caixa e equivalentes de caixa	210,0	41,0	n.m.
Endividamento Líquido	205,1	39,2	n.m.
Dívida Líquida¹	204,8	38,9	n.m.

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente
Investimentos: Os investimentos totalizaram R\$255,0 milhões em 2019, devido às obras de acesso à Linha Vermelha.

CAPEX (em milhões de R\$)	2019		
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecoponte	190,2	64,8	255,0

CAPEX (em milhões de R\$)	2019	2018	2017
Hardware e equipamentos de pedágio	1,9	1,2	1,4
Máquinas e equipamentos	0,6	0,4	1,1
Contrato de concessão	22,4	34,9	12,2
Intangível em andamento	230,0	52,2	67,6
Software de terceiros	0,1	0,3	0,3
Capex Total	255,0	89,1	82,7

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2019	2018	Acumulado até 2017
Intangível	252,5	87,4	293,7
Imobilizado	2,5	1,7	10,2
Investimentos totais	255,0	89,1	303,9

Valor Adicionado: Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$70,3 milhões, isto é, 18,4% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 28,3 p.p. inferior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$90,9 milhões e a representatividade de 46,7%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Valor adicionado líquido	70.282	90.850	-22,6%
Receita operacional bruta	381.264	194.549	96,0%
Representatividade	18,4%	46,7%	-28,3 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2019 foi de R\$6,7 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2019	2018	Acumulado até 2017
ISS - Imposto Sobre Serviços	6,7	6,8	21,8

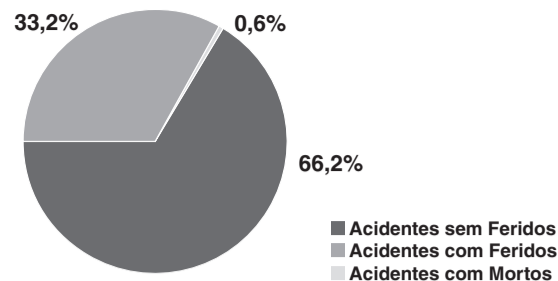
Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$8.764 mil, constituído por (i) R\$958 mil referentes aos dividendos do exercício de 2018; (ii) R\$7.158 mil referentes aos juros sobre capital próprio de 2018 e (iii) R\$648 mil deve-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") referente ao juros sobre capital próprio do exercício de 2019. O saldo de R\$3.683 mil de juros sobre capital próprio (considera valor líquido de IRRF no valor de R\$648 mil) e os dividendos no valor de R\$1.221 mil, estão registrados no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagá-los em menos de doze meses. Os juros sobre capital próprio considerando o IRRF totaliza R\$4.331 mil em 2019.

Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2019, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão ISO 9001:2015, 5S e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2019, a Companhia investiu R\$62,4 mil (R\$14,7 mil em 2018) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2019. Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de funcionários é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de funcionários pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

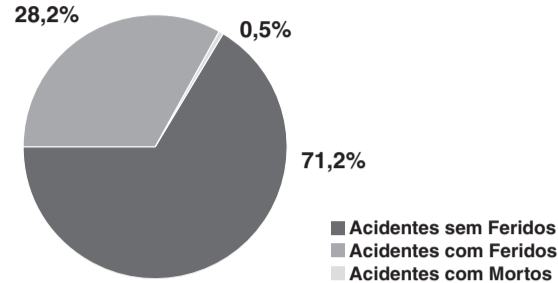
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	Qtde/100 km
Gerente de tráfego	1	0,1
Analista de tráfego	1	0,1
Controlador de tráfego	4	0,5
Operador de tráfego	6	0,8
Guincho leve	37	4,9
Guincho pesado	14	1,8
Médico	11	1,5
Resgatista	49	6,5
Enfermeiro	8	1,1
Total de Pessoal - Operacional	131	17,3
Coordenador de pedágio	1	0,1
Controlador de pedágio	4	0,5
Supervisor de pedágio	1	0,1
Analista de pedágio	1	0,1
Arrecador	117	15,4
Assistente de pedágio	8	1,1
Total de Pessoal - Pedágio	132	17,4
Total de Pessoal - Concessionária	263	34,7

Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito: Acidentes:* Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de Acidentes por gravidade em 2019

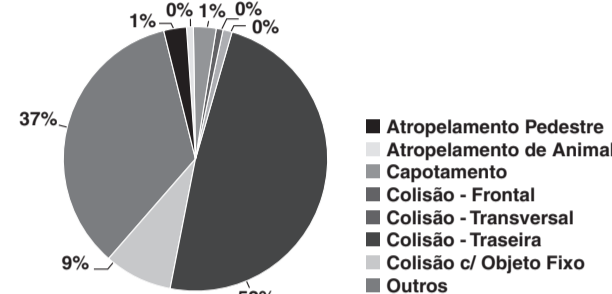


Percentual de Acidentes por gravidade em 2018

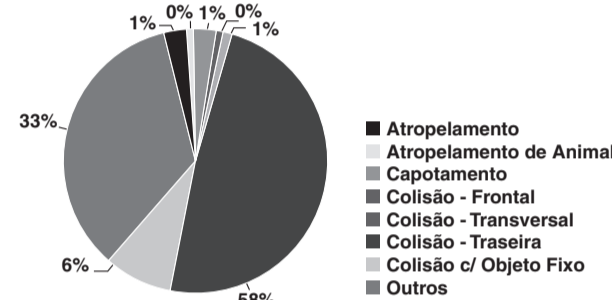


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por tipo em 2019



Acidentes por tipo em 2018



Dados de Operação da Concessão: *Veículos Alocados:* Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	8	60,6
Guincho leve	10	75,8
Guincho pesado	1	7,6
Guincho super pesado	2	15,2
Ambulância simples - UTI	3	22,7
Total de veículos operacionais	24	181,8
Administração	1	7,6
Caminhão	1	7,6
Segurança do trabalho	1	7,6
Manutenção	1	7,6
Total de veículos de apoio	4	30,3
Total de veículos aplicados na concessão	28	212,1

Concessionária em números	
Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	13,2 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 26.276.787 +2 eixos: 1.730.543 +3 eixos: 229.109
	Cat 1: R\$ 4,30 Cat 2: R\$ 8,60 Cat 3: R\$ 6,45 Cat 4: R\$ 12,90 Cat 5: R\$ 8,60 Cat 6: R\$ 17,20 Cat 7: R\$ 21,50 Cat 8: R\$ 25,80 Cat 9: R\$ 2,15 Cat 10: R\$ 30,10 Cat 11: R\$ 34,40 Cat Especial: R\$ 38,70
	Número de praças de pedágio: 1 (um)
	Número de quilômetros mantidos: 13,2 km
	Índice de congestionamento: Por velocidade média dos veículos
	Cat 1: 66.329 Cat 2: 9.317 Cat 3: 163 Cat 4: 1.056 Cat 5: 24 Cat 6: 532 Cat 7: 316 Cat 8: 377 Cat 9: 2331 Cat 10: 52 Cat 11: 1 Cat Especial: 30
	Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos): 80.518 mil
	Equipas utilizadas pela concessionária: Veículos, Maquinaria, Balanças, etc.
	Altura da mancha de areia Resistência à derrapagem Deflexão Característica Irregularidade Longitudinal Índice de Condição do Pavimento Índice de Gravidade Global
	Receita de pedágio em 2019: R\$ 126,5 milhões
	Custos associados às receitas de pedágio em 2019: R\$ 78,1 milhões
	Fator Trabalho
	Número de trabalhadores: 263 funcionários
	Despesas com pessoal em 2019: R\$ 13,9 milhões
	Fator Capital
	Despesas de depreciação em 2019: R\$ 15,8 milhões
	Ativo líquido: R\$ 210 milhões
	Ativo bruto: R\$ 679,5 milhões
	Série histórica de investimentos até 2019: R\$ 647,9 milhões
	Custo de oportunidade de capital em 2019: 8,47%
	Fatores Intermediários
	Despesas de administração em 2019: R\$ 11,6 milhões
	Despesas com manutenção em 2019: R\$ 5,6 milhões
	Outras despesas: R\$ 4,9 milhões
	Seguridade
	Sem feridos: 442 Com feridos: 222 Com mortos: 4

Índices de qualidade de estrada	
Receita de pedágio em 2019	R\$ 126,5 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2019	R\$ 78,1 milhões
Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	263 funcionários
Despesas com pessoal em 2019	R\$ 13,9 milhões
Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2019	R\$ 15,8 milhões
Ativo líquido	R\$ 210 milhões
Ativo bruto	R\$ 679,5 milhões
Série histórica de investimentos até 2019	R\$ 647,9 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2019	8,47%
Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2019	R\$ 11,6 milhões
Despesas com manutenção em 2019	R\$ 5,6 milhões
Outras despesas	R\$ 4,9 milhões
Seguridade	
Sem feridos	442
Com feridos	222
Com mortos	4

Indicadores	
Tarifa média	R\$ 4,30
Custo por veículo ou km	R\$ 10,39

Introdução: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. apresenta a seguir o relatório das principais atividades referente ao exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2018. **Companhia:** A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1 de junho de 2015. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 29.389 mil veículos equivalentes pagantes em 2019 (-0,2%). A receita líquida atingiu R\$369,6 milhões em 2019. A receita líquida pró-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R\$122,4 milhões no 3T19 (-2,3%). O EBITDA pró-forma² totalizou R\$80,6 milhões em 2019 (-2,6%) e a margem EBITDA pró-forma, 65,9%.

Destaques (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Volume de tráfego ¹	29.389	29.452	-0,2%
Tarifa Média	4,30	4,22	2,1%
Receita líquida	369,6	182,7	102,3%
EBITDA Pró-forma ²	80,6	82,8	-2,6%
Margem EBITDA Pró-forma ²	65,9%	66,1%	-0,2 p.p.
Capex	255,0	89,1	186,3%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.
² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes apresentou redução de 0,2% em 2019. **Veículos Leves:** redução de 0,4%, devido às obras do BRT do Rio de Janeiro próximas aos acessos da ponte e ao arrefecimento da economia no Estado; **Veículos Pesados:** crescimento de 1,1%, devido às melhores condições de segurança na região.

Valor da tarifa por praça de pedágio em Dezembro (em R\$ mil)													
Praça de Pedágio	Cobrança	Categoria de veículo											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Especial
1	R\$	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15	30,10	34,40	38,70

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$381,3 milhões em 2019, aumento de 96,0% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao incremento da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$11,7 milhões, redução de 1,2% em relação a 2018. **Receitas de Pedágio:** aumento de 1,8%, devido ao reajuste das tarifas de pedágio. **Receitas Acessórias:** redução de R\$5,3 milhões, em função da diminuição dos contratos de painéis publicitários. **Receita de Construção:** aumento de R\$189,8 milhões, devido às obras de acesso à Linha Vermelha. O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.243,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2019. Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2019	2018	Acumulado até 2017
Receitas de Pedágio	126,5	124,2	420,9
Receitas Acessórias	7,6	12,9	25,9
Receita de Construção	247,2	57,4	221,2
Total	381,3	194,5	667,9

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$325,3 milhões em 2019, aumento de 172,9% em relação a 2018. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$41,8 milhões, redução de 1,7%.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Pessoal	13,9	14,8	-5,7%
Conservação e manutenção	5,6	4,8	17,0%
Serviços de terceiros	11,5	11,6	-0,9%
Seguros, poder concedente e locações	5,9	6,2	-3,7%
Outros	4,9	5,2	-6,7%
Custos caixa	41,8	42,5	-1,7%
Depreciação e amortização	15,8	8,9	76,4%
Provisão para manutenção	20,5	10,3	99,0%
Custo de construção	247,2	57,4	n.m.
Total	325,3	119,2	172,9%

Pessoal: redução de 5,7%, em função da otimização da estrutura administrativa. **Conservação e Manutenção:** aumento de R\$0,8 milhão, devido ao incremento de materiais de manutenção e conservação. **Serviços de terceiros:** redução de 0,9%, em função da diminuição das despesas com consultorias. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** redução de 3,7%, devido à diminuição de locações de veículos leves. **Outros:** redução de 6,7% devido, principalmente, à diminuição de provisão de devedores duvidosos. **Provisão para manutenção:** aumento de R\$10,2 milhões, em função da provisão para ciclos futuros de manutenção. **Depreciação e Amortização:** aumento de R\$6,8 milhões, devido ao incremento da base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis. **Custo de construção:** aumento de R\$189,8 milhões, em função da obra de acesso à Linha Vermelha. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado de R\$865,2 milhões desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2019. Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2019	2018	Ac
--	------	------	----

Balço Social					
2018		2018		2018	
1 - Base de cálculo					
Faturamento Bruto	381.265		194.549		
Receita líquida (RL)	369.594		182.732		
Resultado Operacional (RO)	44.323		63.534		
Folha de Pagamento bruta (FPB)	13.923		14.771		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	13.923		14.771		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	-		-		
2 - Indicadores sociais internos					
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB
Alimentação	1.541	11%	0%	1.548	10%
Encargos sociais	2.417	17%	1%	2.605	18%
Previdência privada	162	1%	0%	218	1%
Saúde	1.778	13%	0%	1.675	11%
Segurança e Saúde no trabalho	-	0%	0%	-	0%
Educação	2	0%	0%	1	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	62	0%	0%	15	0%
Creches ou auxílio creche	21	0%	0%	19	0%
Participação nos lucros ou resultados	688	5%	0%	1.047	7%
Outros	-	0%	0%	-	0%
Total - Indicadores sociais internos	6.671	48%	2%	7.128	48%
3 - Indicadores sociais externos					
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB
Educação	-	0%	0%	-	0%
Cultura	216	2%	0%	315	2%
Saúde e saneamento	108	1%	0%	158	1%
Esporte	54	0%	0%	79	1%
Combate à fome e segurança alimentar	216	2%	0%	219	1%
Outros	81	1%	0%	157	1%
Total de contribuições à sociedade	675	5%	0%	928	6%
Tributos (Exceto encargos sociais)	-	0%	0%	-	0%
Total - Indicadores sociais externos	675	5%	0%	928	6%
4 - Indicadores ambientais					
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	897	6%	0%	200	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1080	8%	0%	609	4%
Total de investimentos em meio ambiente	1.977	14%	1%	809	5%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária					
	() Não possui metas	() Cumprir de 0 a 50%	() Cumprir de 50 a 75%	() Cumprir de 75 a 100%	() Não possui metas
	() Cumprir de 0 a 50%	() Cumprir de 50 a 75%	() Cumprir de 75 a 100%	() Cumprir de 75 a 100%	() Cumprir de 0 a 50%
5 - Indicadores do corpo funcional					
Nº de colaboradores ao final do período	17,53% até seis meses	11,48% de seis meses a um ano	11,65% entre um e dois anos	18,93% até seis meses	11,93% de seis meses a um ano
Tempo de serviço	58,00% entre dois e cinco anos	1,34% mais de cinco anos	14,81% entre um e dois anos	53,09% entre dois e cinco anos	1,24% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	33		11		
Nº de demissões durante o período	29		48		
Nº de colaboradores terceirizados	826		450		
Nº de estagiários (as)	1		1		
Nº de colaboradores com até 18 anos	1		2		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	44		41		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	150		156		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	40		44		
Nº de mulheres que trabalham na Conc.	60		62		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	44%		-		
Remuneração paga a mulheres no período	1.452		122		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	112		33		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	-		-		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	8		7		
Total de horas extras trabalhadas	24.147		24.320		
Total de horas extras pagas	24.147		24.320		
Total de INSS pagos	2.252		2.001		
Total de FGTS pago	549		604		
Total de Contribuição Sindical paga	178		171		
Total de demais encargos sociais pagos	-		-		
Total de ICMS recolhidos no período	-		-		
Total de IR recolhido no período	8.175		13.157		
Total de CSLL recolhidos no período	3.204		5.044		
Total de PIS recolhidos no período	889		916		
Total de COFINS recolhidos no período	4.131		4.267		
Total de outros tributos recolhidos no período	6.698		6.807		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	28,61%	80,47%
Número total de acidentes de trabalho	5	-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT (X) incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	96,0% na Concessionária 0,00% no PROCON 4,0% na Justiça	92,57% na Concessionária 0,00% no PROCON 7,43% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	29,4% governo 32,0% acionistas 19,1% colaboradores 19,5% terceiros xx% retido	31,1% governo 41,7% acionistas 15,6% colaboradores 11,6% terceiros xx% retido

Relacionamento com os Auditores Independentes: Em atendimento à instrução CVM 381/2010, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$130,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

A Administração

Balço Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	Nota explicativa	31/12/2019		31/12/2018	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	183.498	37.926		
Aplicações financeiras	7	17.348	-		
Aplicações financeiras - conta reserva	8	2.268	630		
Clientes	9	5.627	5.440		
Tributos a recuperar		307	-		
Despesas antecipadas		1.015	807		
Partes relacionadas	16	-	426		
Outros créditos		167	616		
Total do ativo circulante		210.230	45.845		
Não Circulante					
Aplicações financeiras - conta reserva	8	6.861	2.490		
Tributos diferidos	12.a)	5.925	3.815		
Depósitos judiciais		10	-		
Imobilizado	10	8.045	7.180		
Intangível	11	448.403	274.734		
Total do ativo não circulante		469.244	288.219		
Total do Ativo		679.474	334.064		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)			
	Nota explicativa		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Receita Líquida	22	369.594	182.732
Custo dos serviços prestados	23	(313.713)	(107.698)
Lucro Bruto		55.881	75.034
Recargas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(11.557)	(11.494)
Outras receitas (despesas), líquidas		(1)	(6)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro		44.323	63.534
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	24	2.714	3.824
Despesas financeiras	24	(13.813)	(10.212)
		(11.099)	(6.388)
Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		33.224	57.146
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	12.b)	(11.959)	(18.911)
Diferidos	12.b)	2.110	1.258
		(9.849)	(17.653)
Lucro Líquido do Exercício		23.375	39.493
Lucro Por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído		0,17022	0,32911
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Lucro Líquido do Exercício	23.375	39.493	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	23.375	39.493	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
Receitas			
Com arrecadação de pedágio	126.478	124.180	
Com construção	247.193	57.431	
Outras receitas	7.594	12.938	
	381.265	194.549	
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados	(287.728)	(87.735)	
Materiais, energia e serviços de terceiros	(7.419)	(7.020)	
	(295.147)	(94.755)	
Valor Adicionado Bruto	86.118	99.794	
Depreciações e Amortizações	(15.757)	(8.933)	
Outras	(79)	(11)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	70.282	90.850	
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	2.714	3.824	
Valor Adicionado Total a Distribuir	72.996	94.674	
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal	13.924	14.771	
Remuneração direta	9.953	10.515	
Benefícios	3.380	3.652	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	591	604	
Impostos, taxas e contribuições	21.441	29.465	
Federais	14.743	22.658	
Municipais	6.698	6.807	
Remuneração de capitais de terceiros	14.256	10.945	
Juros	4.668	4.906	
Aluguéis	444	733	
Outros efeitos financeiros	9.144	5.306	
Remuneração de capitais próprios	23.375	39.493	
Dividendos intermediários pagos	-	28.139	
Juros sobre o capital próprio	4.331	8.421	
Reserva legal	-	1.975	
Reserva para dividendos	1.169	958	
Orçamento de capital	16.654	-	
Dividendos obrigatório	1.221	-	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Legal	Reservas de lucros Dividendos Adicionais Propostos/ Orçamento de Capital	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		120.000	5.271	18.189	139	-	143.599
Dividendos distribuídos (R\$0,04 por ação)		-	-	(18.189)	-	-	(18.189)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	-	7	-	7
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	39.493	39.493
Destinação do lucro							
Reserva legal	21.c)	-	1.975	-	-	(1.975)	-
Orçamento de capital	21.d)	-	-	28.139	-	(28.139)	-
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(8.421)	(8.421)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,002 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(958)	(958)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		120.000	7.246	28.139	146	-	155.531
Aumento de capital		27.368	-	-	-	-	27.368
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23.375	23.375
Destinação do lucro							
Reserva legal	21.c)	-	1.169	-	-	(1.169)	-
Orçamento de capital	21.d)	-	-	16.654	-	(16.654)	-
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	21.d)	-	-	-	-	(4.331)	(4.331)
Dividendos adicionais obrigatórios	21.d)	-	-	-	-	(1.221)	(1.221)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		147.368	8.415	44.793	146	-	200.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1 de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda funcional de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas: a) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tomam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 24). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo,

sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 12, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. c) **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) **Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. e) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. f) **Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. g) **Ativos e passivos mantidos para venda:** A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "reclassificado" nos demonstrativos comparativos. A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizados não são amortizados ou depreciados. O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de Renda e Contribuição Social destas operações. h) **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • **Impairment:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,95% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18 e 19. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamentos a pagar. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

j) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas civéis,

trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • **Impairment:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,95% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18 e 19. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

5. Novas Normas, Alterações E Interpretações de Normas: Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, houveram alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) operações de arrendamentos a pagar, conforme descrito a seguir: O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 (considerado pela Companhia). Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais: • Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis. Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações. A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na Nota Explicativa nº 13. As contas patrimoniais não sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados ao valor presente em R\$82. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada. A Companhia apresenta a movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na Nota Explicativa nº 11 Intangível, e a movimentação do arrendamento a pagar na Nota Explicativa nº 15 Arrendamentos a Pagar.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa Política Contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos.....	4.284	3.023
Aplicações financeiras	-	-
Fundo de investimento (a).....	179.053	34.619
Aplicações automáticas (b).....	161	284
	183.498	37.926

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2%

zembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,0% em 31 de dezembro de 2019 (Em 31 de dezembro de 2018 era 99,1%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

7. Aplicações Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não vinculados	17.348	-
	17.348	-

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2019	31/12/2018
Fundo de investimento	9.129	3.120
	9.129	3.120
Circulante	2.268	630
Não circulante	6.861	2.490

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 95,1% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (96,1% em 31 de dezembro de 2018) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

9. Clientes: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	25	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	15,7	9,8	8,3	29,8	-

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Saldos em 31/12/2018	4.994	3.509	643	821	9.967
Adições	1.861	120	331	169	2.481
Saldos em 31/12/2019	6.855	3.629	974	990	12.448

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Saldos em 31/12/2018	(1.547)	(781)	(185)	(274)	(2.787)
Adições	(929)	(350)	(67)	(270)	(1.616)
Saldos em 31/12/2019	(2.476)	(1.131)	(252)	(544)	(4.403)

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Em 31/12/2019	4.379	2.498	722	446	8.045	
Em 31/12/2018	3.447	2.728	458	547	7.180	

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	20	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	16,5	9,8	10,1	15,2	-	-

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31/12/2017	3.778	3.293	643	-	599	8.313
Adições	1.216	223	-	219	3	1.661
Baixas	-	(7)	-	-	-	(7)
Transferências	-	-	-	602	(602)	-
Saldos em 31/12/2018	4.994	3.509	643	821	-	9.967

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31/12/2017	(671)	(556)	(167)	-	(136)	(1.530)
Adições	(723)	(333)	(65)	(108)	(30)	(1.259)
Baixas	2	-	-	-	-	2
Transferências	(153)	106	47	(166)	166	-
Saldos em 31/12/2018	(1.547)	(781)	(185)	(274)	-	(2.787)

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Em 31/12/2018	3.447	2.728	458	547	-	7.180
Em 31/12/2017	3.107	2.737	476	-	463	6.783

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

11. Intangível Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2) (iv)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	20,8	-	-

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2) (iv)	Total
Saldos em 31/12/2018	235.936	55.338	1.986	-	293.260
Adições	(42.420)	230.025	123	-	187.728
Transferências	12.135	(12.280)	145	-	-
Adoção CPC 06 (R2)	-	-	-	82	82
Saldos em 31/12/2019	205.651	273.083	2.254	82	481.070

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2) (iv)	Total
Saldos em 31/12/2018	(17.604)	-	(922)	-	(18.526)
Adições	(13.622)	-	(455)	(64)	(14.141)
Saldos em 31/12/2019	(31.226)	-	(1.377)	(64)	(32.667)

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2) (iv)	Total
Em 31/12/2019	174.425	273.083	877	18	448.403
Em 31/12/2018	218.332	55.338	1.064	-	274.734

registros para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial	Resultado
31/12/2018	Adições	31/12/2019

	Balanco patrimonial	Resultado
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	189	(158)
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	27	(26)
Provisão para manutenção	3.807	8.054
Juros		
Capitalizados	(308)	(3.343)
Outros	100	(42)
IR e CS diferido - ativo/passivo	3.815	4.711
Receita (despesas) de IR e CS diferido		2.110

(i) Em atendimento ao CPC item 73, registramos R\$5.925 no ativo não circulante. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	850
2020	1.232	750
2021	1.174	739
2022	1.174	739
2023	2.345	737
	5.925	3.815

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	33.224	57.146
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(11.297)	(19.430)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(96)	(97)
Juros sobre o capital próprio	1.473	2.863
Despesas indedutíveis	(3)	(43)
Incentivos fiscais (PAT)	217	219
Outros	(143)	(1.165)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.849)	(17.653)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(11.959)	(18.911)
Impostos diferidos	2.110	1.258
Taxa efetiva	29,6%	30,9%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	440	149
Despesa IR/CS DRE	11.960	18.911
Total de IR/CS pagos	(12.309)	(18.620)
Saldo no fim do exercício	91	440

Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social

Alíquota fiscal vigente

Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada

Ajustes para cálculo da taxa efetiva

Lucros não realizados

Gratificações/PPR diretores

Juros sobre o capital próprio

Despesas indedutíveis

Incentivos fiscais (PAT)

Outros

Despesa de imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Impostos diferidos

Taxa efetiva

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

Saldo no início do exercício

Despesa IR/CS DRE

Total de IR/CS pagos

Saldo no fim do exercício

13. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional				
Finem BNDES	08/2032	TJLP+3,48% a.a.	59.222	51.410
Finem BNDES	12/2032	TJLP+3,48% a.a.	118.812	28.461
Finem BNDES	06/2034	TJLP+3,48% a.a.	18.510	-
			196.544	79.871
Circulante			8.510	2.482
Não circulante			188.034	77.389

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	3.266
2021	9.085	3.580
2022	9.974	3.964
2023	10.896	4.362
2024	11.960	62.217
Posteriores a 2024	146.119	-
	188.034	77.389

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	79.871	49.275
Adições	118.660	31.450
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 24)	13.627	6.252
Pagamento principal	(2.734)	(3.778)
Pagamento de juros	(12.880)	(3.328)
Saldo no fim do exercício	196.544	79.871

Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias. (D Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado abaixo.

	Exigido	Medido
Índices financeiros Ecoponte		
Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	34%
ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	4,77
Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,00	2,54
Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	3,06

(*) ICSD não apurado, conforme clausula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Janeiro/19).

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a.....	107.465	61.445	4.083	177 mensais
b.....	177.920	118.195	407	157 mensais
c.....	118.915	19.075	-	163 mensais
d.....	10.625	784	36	177 mensais
e.....	2.075	1.453	6	157 mensais
Total	417.000	200.952	4.532	

14. Debêntures: A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão	10/2034	IPCA + 4,4% a.a.	218.233	-
			218.233	-
Circulante			1.154	-
Não circulante			217.079	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	214.532	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº24)	3.701	-
Saldo no fim do exercício	218.233	-

Em 19 de novembro de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$230.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 4,4% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2034. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Parcela	Custo	Total
2021	-	(1.348)	(1.348)
2022	5.808	(2.693)	3.115
2023	5.808	(1.325)	4.483
2024	6.389	(1.295)	5.094
2025	7.551	(1.260)	6.291
a partir de 2025	206.768	(7.324)	199.444
	232.324	(15.245)	217.079

assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 em R\$825 (R\$1.994 em 31 de dezembro de 2018). A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração (fixa/variável).....	518	1.157
Plano de opção com base em ações	-	8
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	(91)	(36)
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde.....	92	60
Previdência privada	38	61
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option + PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	86	172
	<u>645</u>	<u>1.424</u>

17. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas		
Taxa de fiscalização ANTT	290	276
	<u>290</u>	<u>276</u>
Circulante	290	276

Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago o título de fiscalização o valor de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado é de R\$290 (R\$276 em 31 de dezembro de 2018).

	31/12/2019	31/12/2018
A movimentação está demonstrada a seguir		
Saldo no início do exercício.....	276	269
Custo (vide Nota Explicativa nº 23).....	3.408	3.276
Pagamento do principal.....	(3.394)	(3.269)
Saldo no final do exercício	290	276

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2019, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas da estimativa de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão de 2019 ao fim da concessão	
	31/12/2019	31/12/2018
Natureza dos custos		
Melhorias na infraestrutura.....	354.944	578.503
Conservação especial (manutenção).....	300.706	427.050
Equipamentos.....	88.810	86.959
	<u>744.460</u>	<u>1.092.512</u>

18. Provisão para Construção de Obras: Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a.. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Paga-mento financeiro	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção	(37.077)	(57.779)	-	(94.856)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	9.601	-	455	10.056
	<u>58.104</u>	<u>(57.779)</u>	<u>455</u>	<u>780</u>
Circulante	50.405	-	-	13
Não circulante.....	7.699	-	-	767

	31/12/2017	Paga-mento financeiro	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção	(36.595)	(482)	-	(37.077)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	6.654	-	2.947	9.601
	<u>55.639</u>	<u>(482)</u>	<u>2.947</u>	<u>58.104</u>
Circulante	50.887	-	-	50.405
Não circulante.....	4.752	-	-	7.699

19. Provisão para Manutenção: Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 8,95% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	Paga-mento financeiro	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23).....	24.776	27.352	-	52.128
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº23).....	(3.321)	(6.828)	-	(10.149)
Realização da manutenção	(11.417)	-	(6.992)	(18.409)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	1.157	-	3.164	4.321
	<u>11.195</u>	<u>20.524</u>	<u>(6.992)</u>	<u>27.891</u>
Circulante	-	-	-	12.198
Não circulante.....	11.195	-	-	15.693

	31/12/2017	Paga-mento financeiro	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 23).....	13.280	11.496	-	24.776
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 23).....	(2.137)	(1.184)	-	(3.321)
Realização da manutenção	(5.120)	-	(6.297)	(11.417)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 24)	387	-	770	1.157
	<u>6.410</u>	<u>10.312</u>	<u>(6.297)</u>	<u>11.195</u>

20. Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas: Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	15	65	80
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	59	(25)	34
(-) Pagamentos	(73)	(47)	(120)
(+) Atualização monetária.....	3	7	10
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>8</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	16	-	16
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	31	53	84
(-) Pagamentos	(39)	-	(39)
(+) Atualização monetária.....	7	12	19
Saldos em 31 de dezembro de 2018.....	<u>15</u>	<u>65</u>	<u>80</u>

(a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$14.368 em 31 de dezembro de 2019 (R\$4.204 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. (b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2019, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$2.180 (R\$2.196 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. (c) Processos tributários: Em 31 de dezembro de 2019, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$523 (R\$5 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

21. Patrimônio Líquido: a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$147.368 e 31 de dezembro de 2018 era de R\$120.000, representados por 147.367.960 e 120.000.000 ações ordinárias respectivamente, nominativas e sem valor nominal. Em 14 de maio de 2019 foi

deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$27.367.960 (vinte e sete milhões, trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta reais), mediante a emissão, nesta data, de 27.367.960 (vinte e sete milhões, trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. b) **Capital autorizado:** Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 120.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência. c) **Reserva de lucros - legal:** Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$8.415 (R\$7.246 em 31 de dezembro de 2018). d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$8.764, constituído por (i) R\$958 referentes aos dividendos do exercício de 2018; (ii) R\$7.158 referentes aos juros sobre capital próprio de 2018 e (iii) R\$648 deve-se ao IRRF referente ao juros sobre capital próprio do exercício de 2019. O saldo de R\$3.683 de juros sobre capital próprio (considera valor líquido de IRRF no valor de R\$648) e os dividendos no valor de R\$1.221, estão registrados no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagá-los em menos de doze meses. Os juros sobre capital próprio considerando o IRRF totaliza R\$4.331. O cálculo dos dividendos é como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício.....	23.375	39.493
Constituição da reserva legal.....	(1.169)	(1.975)
Base de cálculo dos dividendos	<u>22.206</u>	<u>37.518</u>
Dividendos obrigatórios	(1.221)	-
Juros sobre capital próprio	(4.331)	(8.421)
Dividendos obrigatórios	(16.654)	(958)
Orçamento de Capital.....	-	(28.139)
Dividendos adicionais propostos (*)	-	-

22. Receita Líquida: Política contábil: Receitas: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se: (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros. A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita com arrecadação de pedágio		
Pedágio em numerário	68.505	67.937
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	56.772	55.398
Vale-pedágio	1.095	845
Outras	105	-
	<u>126.477</u>	<u>124.180</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de construção (b)	247.193	57.431
Receitas acessórias (c)	7.594	12.938
Receita bruta	<u>381.264</u>	<u>194.549</u>
Deduções de receita bruta	(11.670)	(11.817)
Receita líquida	<u>369.594</u>	<u>182.732</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	126.478	124.180
Receitas acessórias	7.594	12.938
	<u>134.072</u>	<u>137.118</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Deduções		
Cofins (3%).....	(4.022)	(4.114)
PIS (0,65%).....	(871)	(891)
ISS (2% a 5%).....	(6.699)	(6.808)
Abatimentos.....	(78)	(4)
	<u>(11.670)</u>	<u>(11.817)</u>

23. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal.....	13.924	14.771
Conservação e manutenção	5.582	4.772
Serviços de terceiros (*)	11.492	11.598
Seguros	2.086	2.157
Poder Concedente (Vide Nota Explicativa nº17)	3.408	3.276
Provisão para manutenção (Vide Nota Explicativa nº19)	20.524	10.312
Custo de construção de obras	247.193	57.431
Depreciações e amortizações (Vide Notas Explicativas nº10 e nº11)	15.757	8.933
Locação de imóveis e máquinas	444	733
Outros custos e despesas operacionais.....	4.862	5.209
	<u>325.270</u>	<u>119.192</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Classificados como		
Custo dos serviços prestados	313.713	107.698
Despesas gerais e administrativas	11.557	11.494
	<u>325.270</u>	<u>119.192</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

24. Resultado Financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.698	3.777
Outras	16	47
	<u>2.714</u>	<u>3.824</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures.....	(1.154)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.346)	(5.814)
Varição monetária sobre debêntures.....	(2.324)	-
Varição monetária sobre financiamentos e empréstimos	(281)	(438)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(223)	-
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras	(3.619)	(3.717)
Varição monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(10)	-
Juros Capitalizados	9.832	908
Pis/COFINS sobre outras receitas financeiras.....	(126)	-
Juros sobre arrendamentos CPC 06 (R2).....	(68)	-
Outras	(2.494)	(1.151)
	<u>(13.813)</u>	<u>(10.212)</u>
	<u>(11.099)</u>	<u>(6.388)</u>

25. Lucro Por Ação: a) **Lucro básico por ação:** O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	23.375	39.493
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	137.321	120.000
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	0,17	0,33

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois, o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

26. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros: Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. **Índices de endividamento**

	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (i)	415.096	80.147
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(192.627)	(41.046)
Dívida líquida	222.469	39.101
Patrimônio líquido (ii).....	201.943	155.531
Índice de endividamento líquido.....	1,10	0,25

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14, 15 e 17. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 97,9% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas

dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2018 era 99,0% do CDI). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos			
Caixa e bancos (ii).....	Valor justo através do resultado	4.284	4.284
Clientes (i)	Custo amortizado	5.627	5.627
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (ii).....	Valor justo através do resultado	205.691	205.691
Passivos			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	8.119	8.119
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	196.544	196.544
Debêntures (iii)	Custo amortizado	218.233	218.233
Arrendamentos a pagar (iii).....	Custo amortizado	29	29
Obrigações com Poder Concedente (iv).....	Custo amortizado	290	290
Phantom Stock Option (v).....	Custo amortizado	70	70

(a) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva aproximam-se do valor justo na data do balanço. (c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio: A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, os quais determinam que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego da rodovia. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria. Nossos principais procedimentos de auditoria visaram confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio e incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia; (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes; e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto. b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões: Os contratos de concessões rodoviárias representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas em contrato. Esse assunto foi

considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas e julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou estarem indevidamente capitalizadas. Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as

demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4